



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Acta n.º 274** -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de Abril de dois mil e dez, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão extraordinária solene e comemorativa do 36.º aniversário da Revolução de Abril a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas onze horas e vinte minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD;-----
- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD;-----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD;-----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD;-----
- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-PP;-----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PSD;-----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PSD;-----
- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS;-----
- • José Lagoa Duarte – GM do PSD;-----
- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PSD;-----
- • João Alves Morais – GM da CDU;-----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PSD;-----
- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-PP;-----
- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PSD;-----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;-----
- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PSD;-----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PSD;-----

----- Não compareceram à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----
- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS;-----
- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS.-----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----

- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguiim;-----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD - PJF da Amoreira da Gândara;-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas;-----  
----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD - PJF de Arcos;-----  
----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----  
----- • Manuel Baptista Veiga – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----  
----- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----  
----- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita;-----  
----- • Henrique Manuel Lameirinhos Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro;-----  
----- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----  
----- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PSD – PJF de Sangalhos;-----  
----- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;-----  
----- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PSD – PJF de Tamengos;-----  
----- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----  
----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----  
----- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:  
----- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente;-----  
----- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----  
----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----  
----- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador;-----  
----- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD – Vereador;-----  
----- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----  
----- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PSD – Vereadora.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão extraordinária solene e comemorativa do 36.º aniversário do 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro da Assembleia Municipal de Anadia, começando por agradecer a presença de todos e o entusiasmo com que todos os anos colocam nas comemorações daquele dia tão importante para todos, enquanto Anadienses e enquanto Portugueses. Disse, também, tratar-se de uma cerimónia que era, essencialmente, um momento político das comemorações da Assembleia Municipal. Como tal, informou que iria dar lugar aos Grupos representados na Assembleia Municipal de Anadia para expressarem os seus sentimentos sobre aquele dia, assim como ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, cabendo-lhe a ele próprio, Presidente da Assembleia Municipal, encerrar aquele momento de discursos.-----

----- De imediato, deu início ao momento das intervenções, tendo chamado o Senhor Deputado João Morais, em representação do Grupo Municipal da CDU, para proceder ao seu discurso, o qual se passa a tentar transcrever na íntegra: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Excelentíssimos Senhores Vereadores. Excelentíssimos Senhores Deputados. Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta. Minhas Senhoras e Meus Senhores. Estamos pela trigésima sexta vez a comemorar uma data que significa para Portugal, e para os Portugueses, um passo significativo e fundamental para o avanço da emancipação do nosso povo e dos trabalhadores. Na libertadora madrugada



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*de vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, os militares vieram para a rua, derrubaram um regime despótico e arcaico que nos governava há longos quarenta e oito anos e tinha como suporte as elites económicas e financeiras do País de então. Eram sustentados e protegidos pela política do ditador Salazar, depois, de seguida, por Marcelo Caetano. Após essa libertadora madrugada, os acólitos vieram para os jornais, pagando anúncios e a declarar que nunca serviram a PIDE a então tenebrosa polícia política que prendia e agredia todos os que ousassem lutar pela liberdade e direitos fundamentais do Povo. Os que embora lá trabalhassem eram meros empregados administrativos ou motoristas, declinando responsabilidades nas sevícias infligidas aos presos espalhados pelas prisões do País. Nesta data, e na sequência do seu espírito, pudemos assistir ao derrube do fascismo, ao fim da arbitrariedade e ao encerramento das prisões políticas de Caxias, do Aljube e de Peniche. E, também, o triste célebre campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, foi definitivamente encerrado. Esta data, é ainda a reparsora do fim da guerra colonial, que tantos sacrifícios causaram ao Povo, que viam os seus filhos partirem para uma guerra muitas vezes sem regresso. Ainda hoje temos uma pesada herança, com muitas centenas de deficientes espalhados pelas aldeias, vilas e cidades do País. Hoje, repulsa-nos vermos aqueles que apelidavam os Movimentos Africanos de libertação de terroristas, chamar-lhes com toda a desfaçatez de irmãos. Quais camaleões e oportunistas. Estes acontecimentos históricos, e o seu desfecho, devem-se à resistência do Povo Português e a um punhado de jovens militares - os designados Capitães de Abril - a quem prestamos aqui uma justa e sincera homenagem. Foi este 25 de Abril, que uma vez mais comemoramos, que permitiu aos Portugueses de todos os tempos, a eleição de uma Assembleia constituinte, em que pela primeira vez na história de Portugal, com mais de oito séculos de existência, todos os Portugueses com mais de dezoito anos, sem excepção, puderam eleger os deputados constituintes que criaram a actual Constituição da República Portuguesa. Passados que foram estes trinta e seis anos, após essa gloriosa data, importa perguntar se as motivações desses militares e o sonho do Povo foram cumpridos. Temos sobejas razões para afirmar que o não foram. Para nós, CDU, não só não o foram, como também não se nos afigura que com este tipo de políticas, cada vez mais nocivas dos direitos e interesses do Povo e das classes trabalhadoras, alguma vez o venham a ser. Tem sido assim nos últimos trinta e quatro anos e ultimamente ainda mais acentuado. Tivemos uns que disseram que viam uma luz no fundo do túnel, outros reclamavam para que os deixassem trabalhar, outros disseram que herdaram um País de rastos, depois, outros que receberam o País de tanga e, finalmente, uns que prometeram e reprometeram muito e garantiram que com eles é que ia ser bom. Mentiram sempre. Esta é a política do actual Governo que, argumentando com as suas necessárias reformas, tem vindo a alterar, sempre para pior, as já difíceis condições de vida dos reformados, dos trabalhadores da Função Pública e, de um modo geral, de todos os trabalhadores e do Povo. Foi o apertar do cinto, com o argumento de combater a crise, depois os designados critérios de convergência, mais tarde, o combate ao défice e, agora, o famigerado Pacto de Estabilidade e Crescimento. De tudo isto, o que tem resultado são*



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*chorudos lucros para a banca, para os seguros e para os grandes grupos económicos. Prometeram na campanha eleitoral dois mil e cinco, a criação de cento e cinquenta mil novos postos de trabalho, apoio para tirar da miséria trezentos mil reformados, não aumentarem os impostos e o referendo ao Tratado da União. Terminaram o mandato sem cumprir nenhuma das promessas. Uma vergonha! Por consequência, sofreram uma pesada queda nos resultados das eleições de dois mil e nove, no cômputo dos três actos eleitorais. Ao invés do prometido, o desemprego subiu para números nunca antes vistos – são hoje mais de doze porcento da população activa. Se se acrescentar os jovens à procura do primeiro emprego, e os desempregados de longa duração, esse número aumentará substancialmente. O número de pobres, são hoje mais de dois milhões. Ou seja, mais de vinte porcento dos Portugueses. São números preocupantes, mas, pelos visto, não assustam o Governo. O chamado Tratado de Lisboa foi ratificado com um "Porreiro, pá!", e a promessa do referendo ficou-se por isso mesmo. Agora, com a nova mentira do Pacto que, baptizado de Estabilidade e Crescimento, continua o Povo e os trabalhadores a apertarem ainda mais o cinto. Uma vergonha nacional! Prometeram mais educação e melhores condições para o ensino, mas o que se tem assistido é ao encerramento de escolas, à retirada de direitos dos professores e à retirada dos direitos conquistados, tentando fazer crer à opinião pública que são uns privilegiados e incumpridores. Prometeram mais e melhores condições de acesso à saúde, mas o que temos vindo a assistir foi ao encerramento de SAP's, maternidades e serviços de urgências e consequente entrega desses serviços a privados, afastando, cada vez mais, as populações desse direito constitucional que é a saúde. Mantêm e agravam as taxas moderadoras, retiram as comparticipações em centenas de medicamentos, fazendo que dessa forma fiquem ainda mais caro aos bolsos dos doentes e, particularmente, dos idosos e dos de baixas reformas. Aqui no nosso concelho, a situação agravou-se profundamente com o encerramento das urgências do Hospital José Luciano de Castro e do SAP de Sangalhos, situação que levou a um autêntico levantamento popular com mais de duas dezenas pacíficas de manifestações, e a deslocação a Anadia, de todos os líderes partidários. Excepção dos socialistas. Pudera! A estas acções sempre puderam as populações contar com o apoio da CDU. O sector produtivo estagnou ou quase parou. A agricultura e as pescas estão hoje pelas horas da amargura, estando o País a importar aquilo que há bem pouco tempo exportava. A justiça, que por razões que aqui não cabem, deixou de ser referência para o cidadão comum, que a tinha, até há bem pouco tempo, como garante do regular funcionamento democrático, está hoje desacreditada. A parte privilegiada da sociedade, a banca, o poder económico, os administradores das empresas públicas e semi-públicas, vivem a aumentar os lucros e os seus privilégios. Recebem salários dourados, regalias principescas e indemnizações do outro mundo quando abandonam os cargos públicos. Depois, de uma forma geral, vão ocupar outros nas empresas privadas ou de maioria de capital do Estado. Perante este quadro negativo, diz o Governo que está a reformar o País e a conduzi-lo no bom caminho. Curiosamente, tem a complacência de uma parte significativa dos partidos que compõem a Assembleia da República. Na TV, nos jornais e na rádio, os comentadores de serviço vão falando*



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*das reformas necessárias e do apoio claro que devemos prestar ao Governo para sairmos desta lamentável situação. Os que não concordam, e fogem desta opinião, afastam-se porque só interessa quem ajuda. Já ouvimos dizer a responsáveis políticos, e não precisamos de ir muito longe, que os trabalhadores deviam aceitar a redução do tempo de trabalho com a consequente redução salarial. Pasme-se! Por tudo isto, temos assistido a manifestações de milhares de trabalhadores nas ruas a exigir a mudança de políticas. Os jornalistas a lançarem manifestos em defesa da sua caixa de previdência. Os autarcas a contestarem a lei das finanças locais. Alunos a contestarem a política educativa. Professores manifestando-se nas ruas, com muitos milhares de participantes, a contestarem o sistema de avaliações e a desregulação das suas carreiras que era irreversível e absolutamente necessária. Passados tempos, a iluminada equipa do Ministério da Educação é totalmente afastada e substituída. Enfermeiros a manifestarem-se e a promoverem a maior greve da sua história. Utentes a promoverem petições contra as taxas moderadoras. Polícias a analisarem formas de luta contra a perda de direitos. Como se vê, o mercado reina e quando surgem dificuldades, o Governo ajuda e assegura para que continue a reinar. Por tudo o que afirmamos, minhas Senhoras e meus Senhores, o Partido Comunista Português e as forças que compõem a CDU, não se podem rever, nem se reverão, neste tipo de políticas e, consequentemente, continuaremos a lutar por uma sociedade mais justa e mais fraterna, onde se ponha fim às desigualdades sociais e termine, de vez, esse fosso entre ricos e pobres. Temos plena convicção que isto só mudará se e quando houver mais justiça social e, consequente redução da pobreza, com criação de emprego com direitos, controlo do Estado dos sectores estratégicos, salários justos, reformas dignas e acesso universal aos serviços públicos de saúde, educação, protecção social, alojamento e justiça. Só assim teremos uma sociedade justa. Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!"-----*

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, que, em representação do Grupo Municipal do CDS-PP, concluiu a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhores Vereadores da Câmara Municipal. Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Senhores Membros das Assembleias de Freguesia. Senhores Representantes das Colectividades do Concelho. Ilustres Convidados. Senhoras e Senhores. Comunicação Social. Tenho hoje a honra de dar voz, nesta cerimónia, a uma geração, à qual eu pertenço, que nasceu depois de mil novecentos e setenta e quatro: uma geração de democracia e de liberdade. Uma geração para quem a liberdade é quase tão normal como respirar, mas, tal como a respiração, a liberdade é imprescindível. É em nome dessa liberdade que, nascidos em democracia, os jovens de hoje defendem os seus princípios e querem ter direito a fazer as suas escolhas. Recebemos a democracia da geração que nos precedeu, não queremos limitar-nos a passá-la à geração seguinte. Queremos que a democracia tenha sentido e que seja realmente efectiva para todos, sem limitação de tempo ou lugar, de idade ou nacionalidade e muito menos cor política. Em vinte e cinco de Abril de mil novecentos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e setenta e quatro, abriu-se caminho à conquista da liberdade e à instituição da democracia. Esse caminho foi e é um caminho difícil que está longe de ser concluído. Não podemos descansar e achar que tudo está garantido. Tem de partir daqueles que nasceram pós setenta e quatro a exigência de mais e melhor democracia, de mais e melhor liberdade. Cabe-nos a nós a responsabilidade de construir e tornar real aquilo que para muitos apenas não passou de um sonho. Na verdade, invocar a democracia é recordar que esta não consente donos e não permite exclusões. Lembrar aos que pretendem ser únicos possuidores e intérpretes desse património de liberdade que este é de todos e para todos. É por isso imperioso que a História que é relatada nas nossas escolas, vá realmente ao fundo destas questões. É fundamental que, sabendo o que aconteceu, as gerações mais novas possam perceber o que verdadeiramente custou a liberdade e quem mais lutou por ela. Pertence à nova geração de um partido que tem história e sofreu para ter a sua própria liberdade. Muitos foram aqueles que quiseram impedir o CDS de participar no processo democrático português, mas hoje, passados trinta e seis anos, a sua importância é inquestionável. Temos hoje um destino a cumprir: derrotado o corporativismo e conquistada a liberdade, há um grande desafio que se põe às novas gerações – o desafio de vencer as novas tiranias sociais. Estas tiranias são inibitórias de uma intervenção e participação políticas sinceras e sérias. A tirania da mediocridade, que, impedindo a distinção pelo mérito, acaba por nivelar tudo por baixo. Todas estas novas tiranias devem mobilizar a juventude para a participação política, que é tão útil quanto necessária. Mas esta participação livre e democrática dos mais jovens deve ter mais vectores. É fundamental que se torne a democracia mais participada e a política mais transparente. É necessário que seja fundamentado o ensino da ciência política nas nossas escolas, para que os jovens saibam e percebam o que está em causa nas várias soluções políticas que lhes são apresentadas. O adormecimento dos cidadãos é útil para quem se quer refugiar nestas novas limitações de liberdade. Não aceito que assim seja, e desafio os cidadãos a lutar para que a democracia seja mais do que um sistema político, tornando-se numa verdadeira realidade social. Esta, sim, é a realidade social que poderá lançar Portugal numa afirmação plena e futura no mundo globalizado. A necessidade de reafirmar o papel de Portugal livre e democrático no mundo é um dever a cumprir por todos nós. Nesta sessão solene, que hoje realizamos, reafirmamos a convicção, já profunda e enraizada na nossa gente, de que a democracia é um valor de todos e para todos, sem limitações geográficas ou restrições étnicas. Hoje, quando comemoramos a nossa liberdade e a democracia, temos de levantar a nossa voz contra todas as ditaduras que continuam a resistir à consagração de um direito fundamental e universal do Homem, que é o direito à liberdade. Os jovens de hoje não assistiram às ditaduras atrozes que proliferaram na Europa do século passado. O fascismo, o nazismo e o comunismo foram responsáveis por limitações da liberdade e por um número de mortes verdadeiramente inacreditáveis e inaceitáveis. Não podemos calar a nossa voz; pelo contrário, o caminho faz-se continuando a derrotar as ditaduras. O caminho faz-se provando que, num mundo livre, não há lugar para regimes de ditadura. Há um desígnio que nenhum de nós pode, nem vai, perder de vista: o desígnio de não se deixar enganar. O desígnio de não se



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*deixar adormecer. O desígnio de tornar universal o património de liberdade e democracia que hoje comemoramos. Viva Anadia! Viva Portugal!"-----*

----- Em representação do Grupo Municipal do PS, foi concedida, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a palavra à Senhora Deputado Lúcia Cérca, que encerrou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores da Câmara Municipal, Excelentíssimos Deputados Municipais, Digníssimas Autoridades, Senhoras e Senhores Jornalistas, Caros Amigos. Ser de esquerda não pode ser, nunca, uma indumentária com manchas, mas antes uma vaidade pessoal e colectiva de quem defende os mais emblemáticos valores da esquerda. Ser de direita pode, eventualmente, ser entendido no campo oposto, do mesmo modo. Uma e outra opções, foi-nos transmitida com o 25 de Abril, em festa e com alegria. Transportou, desde aí, e até aos dias de hoje, a tolerância, a liberdade, a democracia, tentando apagar um conjunto de páginas negras da nossa História colectiva, que muitos teimam, não só em fazer esquecer, como, ainda, em tentar, cobardemente, ressuscitar. Esta data, traz-nos inevitavelmente à memória aquilo que foram perseguições, torturas e mortes, bem como tenebrosos lugares como o Tarrafal, Aljube, Caxias ou Peniche. Faz-nos lembrar a legião e a mocidade portuguesas, a PIDE, os pais, esposas e filhos que choraram e ainda choram os seus jovens que, ao tempo, foram oferecidos, em holocausto, no combate a fantasmas e sombras, numa África que alguns teimavam em designar de nossa, mas que, na realidade, não o era! Faz-nos lembrar a iliteracia, a censura, as eleições mentirosas, o Estado Novo intitulado, à época, - como convinha - Estado Social. Inevitavelmente, faz-nos recordar grandes homens - que muitos pretendem ver esquecidos - como: Humberto Delgado, Norton de Matos, Henrique Galvão, Arlindo Vicente, Palma Inácio, António de Spínola, Mário Soares, Álvaro Cunhal, Sá Carneiro, Miller Guerra, Emídio Guerreiro, Magalhães Godinho, Rodrigues Lapa, e tantos, tantos outros... Foi à custa de portugueses como estes, que o 25 de Abril se tornou num dia único e irreproduzível; foi um dia de liberdade e de esperança; de tolerância e de coragem. Nesse dia, transbordou em Portugal, e em cada um de nós, que tivemos a felicidade de o viver, a certeza de que seria possível alterar o rumo da História e podermos, finalmente, aperfeiçoar em vez de lastimar, acautelar em vez de corrigir, actuar em vez de esmorecer, vigiar em vez de desconhecer, persistir em vez de abandonar, dialogar em vez de impor! Senhores Presidentes, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. A isenção e a independência que devem presidir à gestão de um Município ou de um País, impõem ter como denominador comum, um sentido arbitral e moderador da função para que cada um foi democraticamente eleito, promovendo e proporcionando, sempre que possível, consensos dinâmicos e debates produtivos, ouvindo a voz daqueles que a querem ter e que, naturalmente, também têm direito a ser ouvidos. Só assim, os poderes e as responsabilidades podem conduzir à estabilidade e às verdadeiras transformações. A sociedade em que vivemos tem que ser um leito de participação cívica no verdadeiro combate à ignorância, ao facilitismo, à corrupção e aos abusos de poder. É, por isso, necessário incentivar verdadeiramente uma cultura de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*cooperação, de tolerância, de diálogo, de respeito, uma correcção de assimetrias e desigualdades e uma comunhão de vontades no pluralismo, na diferença ou na diversidade, não sendo demais lembrar, que a verdadeira democracia participativa só se pratica no pleno respeito por aqueles que englobam as mais reduzidas minorias. É preciso pensar e tentar salvaguardar o futuro, não atirando sempre as responsabilidades para cima de outros que nos antecederam. Em tempos não muito distantes, foi o concelho de Anadia um exemplar Município de prosperidade e desenvolvimento económico. O desemprego era um termo desconhecido no nosso léxico. Hoje, é uma chaga social que transversalmente atinge o mundo globalizado, atingindo-nos a nós também. É fácil afirmar que a culpa é dos Americanos, da União Europeia, do Governo da Nação, ou da conjuntura de políticas não ajustadas aos tempos que correm, numa evidente incapacidade de intervenção no presente, para justificar a frágil consolidação do futuro. Onde cabe, então, a nossa responsabilidade, a das populações, a dos autarcas? Será que não nos acomodámos? Será que não nos resignámos? Sempre se defende que a alternância ou alternativa de poderes são um marcado factor de desenvolvimento. Trinta e seis anos após o 25 de Abril, o Município de Anadia habituou-se, e habituou-nos, à mono coloração política que contraria, evidentemente, os méritos ou os benefícios da alternância. Democraticamente, assim o povo quer; democraticamente, assim o aceitamos; democraticamente, também o contestamos, porque esse é mais um direito e uma obrigação que nos trouxe o 25 de Abril; democraticamente, também estamos prontos a colaborar, recordando que os mais votados não são donos exclusivos da verdade e que, às vezes, muitas vezes, as minorias, da esquerda à direita, também transportam ideias ou sugestões de valor. Lembramos, por isso, que nem sempre quem tenta e quer fazer muito faz sempre bem. Assim, ajustar o Plano Director Municipal à nossa realidade, encontrando consistentes soluções que defendam o desenvolvimento harmonioso do concelho, corrigindo erros do passado, e acabar definitivamente com estéreis discussões, que em nada significam quem nelas participa, seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista político. Desenvolver o parque industrial do concelho, é muito mais do que fazer proliferar, quase a granel, as respectivas zonas para, assim, atenuar mesquinhas rivalidades locais. Requalificar a rede viária municipal, evitando a aplicação de infra-estruturas após a colocação dos pavimentos, de forma a que o concelho mantenha todas as suas vias em perfeitas condições de circulação e conservação, que corresponde a desperdício de dinheiro com gastos acrescidos. Defender a saúde, é muito mais do que liderar movimentos ou manifestações simpáticas aos olhos de alguma população, mas que, todos sabemos, condenadas ao insucesso. É ter capacidade de diálogo com as estruturas de saúde, para que a reformulação que, ao que se diz, vai conduzir ao encerramento de algumas extensões de saúde, se desenvolva de forma razoável e equilibrada, sempre em benefício das populações. Consolidar os objectivos expressos na carta educativa que define as zonas escolares do ensino básico no concelho, para que estas se desenvolvam com celeridade, de forma que a educação no concelho seja exemplo de qualidade e sentido de futuro. Retirar do esquecimento as zonas periféricas é imperioso, especialmente as serranas, ao nível das vias de*



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*comunicação, do saneamento básico, saúde, educação. Recuperar o património histórico edificado, como símbolos de um passado que nos orgulha e que, preservado, têm que manter a chama do enorme legado cultural dos nossos antepassados e que envaidece o riquíssimo património humano, que em lugares recônditos deste nosso concelho vive e, às vezes, só sobrevive. Preservar a floresta, é uma exigência, ora dinamizando medidas de reflorestação, ora fiscalizando de forma estreita os comerciantes do sector, ou outros, que teimam em destruir os caminhos e clareiras florestais, dificultando acessos, degradando o ambiente, prejudicando todos. Valorizar o papel das Associações não deve resumir-se à mera atribuição de subsídios; é preciso negociar contrapartidas de acções sociais e culturais. Promover sólidas parcerias com os concelhos vizinhos, nomeadamente roteiros turísticos, numa segura dinâmica regional de forma a sobrevalorizar, apesar dos esforços já feitos, a frágil dinâmica local no sector. Senhoras e Senhores. Os desígnios aqui expressos têm conteúdo reivindicativo, porque houve 25 de Abril e se tem consolidado a afirmação do Poder Local democrático. Passámos a ter voz, face ao silêncio de antanho. Ao evocarmos esta data, não devemos estar a lembrar, apenas, um acontecimento ocorrido há mais de três décadas, mas assumir na plenitude os princípios e valores de Abril, naquilo que representam para Portugal e para os portugueses. Celebramos, neste dia, com cravos vermelhos e as cores de Portugal, um País em que – é preciso lembrá-lo – há Hino, há Bandeira, há Povo, há Dignidade; estes símbolos conduzem-nos à poesia, ao humor, à esperança e ao amor, transportando-nos aos valores da humanidade e da nobreza, na defesa da nossa História Contemporânea e dos seus sentimentos democráticos. Os Deuses amam os Heróis e, na luta dos inconformados, dos desfavorecidos, dos pobres, no respeito pelos vencidos, ao alcance da democracia plena, no VIVA PORTUGAL, está a perenidade do 25 de Abril. VIVA PORTUGAL!"-----*

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo que, em representação do Grupo Municipal do PSD, efectuou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. Excelentíssimos Senhores Secretários da Assembleia Municipal de Anadia. Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados dos diversos Grupos Municipais com acento nesta Assembleia. Excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara. Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. Excelentíssimos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia deste concelho e demais Eleitos Locais. Excelentíssimos Senhores Representantes das Forças Vivas do nosso concelho e Autoridades. Excelentíssimos Senhores membros da Comunicação Social. Minhas Senhoras e Meus Senhores. Celebramos, hoje, uma vez mais, o aniversário da Revolução de 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. Impressiona que muitos jovens não saibam, sequer, o que foi o 25 de Abril, nem o que significou para Portugal. Os mais novos, sobretudo quando interrogados sobre o que sucedeu em vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, produzem afirmações que surpreendem pela falta de conhecimento de quem foram os principais protagonistas, pelo total alheamento relativamente ao que era viver num regime autoritário. Não posso deixar de recordar, meus Senhores, que



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*quando o 25 de Abril ocorreu, uma parcela substancial da nossa população nem sequer era nascida. Quem viveu a revolução, tem tendência para não se lembrar disso, julgando que essa data, fixada no tempo, possui uma perenidade eterna. Não é justo para aqueles que se bateram pela liberdade, tantas vezes arriscando a vida, que a geração responsável por manter viva a memória de Abril persista em esquecer que a revolução foi um projecto de futuro e que, por ter sido um projecto de futuro, deve continuar a ser um sonho inspirador e um ideal para as gerações vindouras. Um regime político não pode esquecer as suas origens. Não é saudável que a nossa democracia despreze o seu código genético e as promessas que nele estiveram inscritas. Num certo sentido, o 25 de Abril continua por realizar. Naquilo que continha em termos de ambição de uma sociedade mais justa, naquilo que exigia de um maior empenhamento cívico dos cidadãos, naquilo que implicava uma nova atitude da classe política, há ainda um longo caminho a percorrer. É natural, é saudável, até, que os cidadãos em geral, e os jovens em particular, tenham centros de interesse para além da vida política. Tal significa, que têm a democracia como um dado adquirido, que interiorizaram o facto de viverem num regime democrático e, agora, dedicam a sua atenção a outras realidades. Em todo o caso, o nível de informação dos jovens relativamente à política, é de tal forma baixo, que ultrapassa os limites daquilo que é natural e salutar numa democracia amadurecida. O alheamento da juventude não pode deixar de nos preocupar a todos, a começar pelos agentes políticos. Se os jovens não se interessam pela política é porque a política não é capaz de motivar o interesse dos jovens. Quanto mais próximos estiverem os cidadãos dos centros de decisão, maior será o seu interesse em participar e intervir. Daí que os centros de decisão tenham de procurar uma política de proximidade relativamente aos Portugueses. Os partidos políticos possuem responsabilidades muito claras no combate ao alheamento dos jovens pela vida pública. No fundo, no combate à indiferença que muitos jovens têm pelo futuro do seu País. Tal deve-se, em boa medida, ao facto de não ter havido o necessário esforço para a credibilização da vida política. Esse esforço não dispensa algo de muito simples: ouvir o povo e falar-lhe com verdade. Vender ilusões não é, seguramente, a melhor forma de fortalecer o imprescindível clima de confiança que deve existir entre os cidadãos e a classe política. Viva o 25 de Abril!"-----  
----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a sua intervenção, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: "Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. Excelentíssimas Senhoras e Senhores Vereadores. Excelentíssimos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados. Aos representantes das Associações. Excelentíssimas Autoridades Civis e Militares. Ilustres Convidados. À Comunicação Social. Minhas Senhoras e Meus Senhores. 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro foi a data que estabeleceu e registou para a história o direito à liberdade e à democracia. Criaram-se grandes expectativas para aquilo que seriam as reformas nos sectores da Educação, da Saúde, da Justiça, dos Equilíbrios sociais e da liberdade de expressão, num contexto de reformas políticas e de expansão da nossa economia. E, de facto, não tardou, mas o País foi*



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pouco a pouco, dando sinais de crescimento e de consolidação de valores que tanto se apregoaram após a revolução de Abril. Logo depois, a Europa reconheceu Portugal, que por seu lado, se submeteu às regras da então chamada União Europeia, hoje Comunidade Europeia. Essa União ofereceu-nos, como contrapartidas, os ditos fundos comunitários que viriam ajudar o País a dar o salto para o verdadeiro progresso e desenvolvimento económico tão ansiado. Mas, no plano político, as várias ideologias foram-se diferenciando. Os partidos apelam ao voto, numa tentativa desenfreada de chegar ao poder, apregoando alternativas para os vários problemas que afligem os diversos sectores da nossa sociedade. Mas, na realidade, decorridos trinta e seis anos, os índices de desenvolvimento da nossa economia vão-se reduzindo e as desigualdades sociais crescem. As classes dominantes foram-se instalando e rapidamente tomaram conta deste maravilhoso País que sempre nos orgulha, porque temos, acima de tudo, o sentimento de verdadeiros Lusitanos. As classes média e baixa sofrem, hoje, efeitos de uma crise que não atinge todos por igual. Em contrapartida, assistimos aos anúncios de salários muito acima daqueles que nos governam e, como se não bastasse, à atribuição de prémios de gestão, que se diriam milionários, porque para além de serem só para alguns, contrastam efectivamente com a média dos salários da maioria dos Portugueses e chocam com as percentagens de desemprego que todos os dias aumentam. A burocracia que se instalou no País, deve-se aos nossos governantes, que estando no poder se apressam a fazer e a desfazer leis, de difícil interpretação e de complicada implementação. Tal facto, traz acrescidas dificuldades, que algumas já foram aqui enumeradas pelos oradores que me antecederam, de concretização, inviabilizando o progresso dos nossos concelhos, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável que tanto se anseia. Refiro-me, por exemplo, ao quadro comunitário, o célebre QREN de dois mil e sete/dois mil e treze. Já vigora há já três anos, cuja regulamentação ainda se rectifica, ou então, ainda nem sequer existe, e em que os programas regionais, da responsabilidade da CCDR do Centro, aquela que tutela a nossa região, tem uma execução de pouco mais de cinco porcento. Imagine-se! Em três anos, metade do tempo, ainda só estão definidos cerca de cinco porcento. Num País de crise generalizada, onde é preciso permanentemente injectar dinheiro, estamos nisto. Leis complicadas, feitas por classes dominantes, nomeadamente as classes do saber e, naturalmente que nós aqui, sempre pacientemente, à espera que efectivamente nos vão clarificando. Nunca houve tanta formação, nunca houve tanto esclarecimento a técnicos, a funcionários, para que se consigam aplicar as leis. Como vedes, isso os jornais dizem isso muitas vezes, parece que cada vez sabemos menos. Isto, realmente, este País criou estas complicações para servir, como disse, alguns. Porque este é que é o grande problema que o 25 de Abril não trouxe. Alguém subverteu o 25 de Abril e, por isso, chegámos à situação que hoje chegamos. Quando se fala de PDM's, quando se fala de zonas industriais, quando se fala disso tudo, a culpa não é nossa. A culpa é de todo um sistema burocratizado, com dificuldades permanentes de execução e, então, nós todos aqui à espera. O dinheiro, meus amigos, do QREN há-de ser, com certeza, devolvido em grande medida àqueles que hoje nos pretendem ajudar. Não são eles os principais responsáveis pelo



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*não gastar dos dinheiros, esses dinheiros que muitas vezes, e a Câmara de Anadia tem recorrido dessas verbas, reparem, porque fazemos depressa ou porque fazemos devagar, as nossas obras, muitas delas estão com quatro auditorias à espera de uma quinta auditoria. A primeira não encontrou nada, a segunda nada encontrou, a terceira nada encontrou, é uma questão que vos deixo aqui para pensar. Não andarão essas auditorias a fiscalizar-se umas às outras? Este problema do QREN, e essas leis, não será ocupar muita gente a quem convém que este sistema se mantenha por muito tempo porque estará nele, nesse sistema, a possibilidade de manter, também, o emprego, os privilégios por muito tempo? A resposta, vocês têm-na na ponta da língua. Há realmente oportunismo que é vergonhoso. Talvez, pela nossa bondade, talvez pelo nosso, enfim, já estamos convencidos que não vale a pena lutar. Mas, são assuntos que a curto prazo, de certeza, que virão ao de cima. Se, de facto, os fundos comunitários tivessem uma aplicação rápida, eficaz, não havia dificuldade nenhuma em aplicar o PEC, pois ele tem tanto dinheiro. São milhões e milhões e milhões de euros, caros amigos, que não se movimentam e o País está constantemente à espera, efectivamente, que haja investimento. Está lá, na Europa, guardadinho para nós até daqui a algum tempo. Quando nós, e se nós alguma vez accordarmos, poderá ser tarde. E isso, constitui realmente um factor indiscutível para que, naturalmente, os autarcas sintam, nas suas Câmaras, cortes indiscutivelmente gravíssimos, que também recairão, com certeza, em aparecimento de classes que, realmente, cada vez vivem pior e, naturalmente, há estagnação. É um sintoma garantido de estagnação e pobreza a não aplicação dos fundos comunitários. E aqueles que todos hoje nos vão dizendo que fariam melhor que a Câmara de Anadia, é normal, quase quiseram dizer que somos partido único, é evidente que não têm apresentado aos eleitores grandes alternativas. Porque se as tivessem, eles podiam realmente servir-se do exemplo que o próprio Governo nos tem dado, para se fundamentar. Não o têm conseguido porque o Governo, neste sentido, não dá lições a ninguém. Dá lições, exactamente, é de atraso, de estagnação e, naturalmente, de uma grande dificuldade em construir. Avanços e recuos no TGV, nas pontes, nos aeroportos, é isto que nós vemos todos os dias. Portanto, meus amigos, é por isso que o povo é calmo, é tranquilo, e normalmente não acredita muito nos políticos, não acredita muito neles, porque prometer é aquilo que é mais fácil. Toda a gente sabe. Eu poderia dizer estás no último mandato, que não sei se estou, note-se, porque eu não sei se estou. Eu ainda estou a cuidar é deste mandato, não estou a pensar no segundo. Portanto, o que é que acontece. Se alguém tem dúvidas, eu poderia aqui, livremente, até porque a Câmara tem um óptimo suporte financeiro - que ninguém se esqueça disso - , ao contrário do País, ao contrário da maioria das Autarquias, portanto, podia-se dar ao luxo, também sem qualquer cuidado, começar a gastar, assim, livremente. Não. O dinheiro que o concelho de Anadia, a Câmara de Anadia dispõe, é, meus caros amigos, para utilizar em conjunto com aquilo que podemos ir buscar à União Europeia. Não temos pressa, eles querem-nos ajudar e a Câmara de Anadia está sempre cuidadosamente à espera que isso seja possível. As nossas obras representam isso mesmo. Imaginem, numa zona central do País, à espera de desenvolvimento, verificar-se uma obra como o Velódromo de Sangalhos, que a*



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*própria Câmara já pagou, mas só isso representará, por certo, dinheiro que a Câmara até ao fim deste actual Quadro Comunitário já não conseguirá importância idêntica. Portanto, a sua quota-parte, até quase que poderá dizer, em termos de QREN, que já a tem. Mas nós não desistimos. Queremos que nos apoie no saneamento, queremos que nos apoie nas zonas industriais, queremos que nos apoie na regeneração urbana, enfim, queremos o apoio a que temos direito e não o vamos deixar perder, portanto, a nossa tentativa de organizar toda a produção municipal, no sentido de não desperdiçar um real, o mesmo quer dizer, um euro. Meus caros amigos. Também lhe quero dizer, com toda a sinceridade, quando se fala de défice, é um problema. Não há confiança nos empresários, não há confiança em qualquer tipo de sector. O défice, como alguém dizia, de vários partidos, não é tudo. O défice, também para mim não é tudo. Mas, olhem para as vossas casas. Quem não tiver dinheiro não pode balançar-se a obras. Ou porque não lhe emprestam o dinheiro, ou porque não lhe vendem os materiais, ou por outras razões quaisquer. O défice é um problema. Vamos a ter uma gestão cuidadosa, como tem feito a Câmara Municipal, e os défices desaparecem deste País. Não podemos fazer, nós autarcas, obras à nossa imagem. Nós temos de fazer as obras à imagem do povo que gerimos. E, assim, sim, o dinheiro é bem aplicado. Meus caros amigos, as situações que se põem no dia-a-dia à democracia são cada vez mais gravosas. Reparem: há políticos, na nossa praça, de todos os partidos políticos, note-se, que quando abandonam a governação têm logo lugares privilegiados. Hão-de reparar. Sai daqui, deixa de ser Presidente, deixa de ser isto, ou é Governador Civil, ou é gerente de uma grande empresa multinacional. Estão realmente talhados os grandes políticos, para, naturalmente, ocupar lugares, parece que outra classe social, ou outra classe técnica não tem capacidade para desenvolver esses trabalhos, desenvolver essas empresas. Então, eles embora abandonem a governação, os lugares são de privilégio, em empresas públicas ou privadas, e ainda – imagine-se – ainda vêm inclusivamente aqui para a nossa terra, alguns já que estão fora, falar de democracia. Então eles é que escolheram os lugares todos, não foram eleitos para nenhuns deles. Essa gente não tem democracia. Estamos, portanto, na hora do salve-se quem puder, porque a democracia é, naturalmente, só para alguns. Se repararem até nos próprios partidos políticos, ou melhor, as pessoas que representam os partidos políticos, escolhem os seus militantes. Não é qualquer pessoa que é militante de um partido. É estranho isso. Justificando com voto secreto, a recusa da sua inscrição no próprio partido, cujos ideias vêm defendendo há muitos anos. Temos casos concretos, Presidentes de Junta há dezenas de anos, foram recusados por um partido, por acaso até pelo meu. Mas isso não se passa só com o PSD. Isto é democracia. Sinceramente, enfim. Os exemplos são muitos e verificam-se, portanto, em todos os partidos. O que está em causa, no meio disto tudo, vocês já entenderam, é o poder, e custe o que custar, todos os meios se consideram lícitos para atingir os objectivos. Isto não é 25 de Abril. A corrupção de que tanto se fala tem de ser rapidamente combatida porque, de facto, ela existe. Todos sabemos que existe. Pelo menos, os Tribunais estão cheios de queixas. No entanto, também não é justo, que numa sociedade civilizada, os técnicos, os empresários, os autarcas, os governantes, entre outros,*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*sejam avaliados pela mesma medida, não se fundamentando a acusação e refugiando-se no anonimato ou, até, na participação de má fé. Isto, a gente está habituado, hoje a informação vem através de blogues, temos realmente uma informação facilitada, onde as pessoas não se identificam. É o estado das coisas. O 25 de Abril não foi criado para isso. Caros amigos. A democracia tem de se renovar para vencer. Os valores que se defenderam em Abril têm de vigorar, porque, assim, defenderemos o País e as pessoas, a política e a moralidade, a justiça e a segurança, a educação e o conhecimento. Isto só é possível em democracia. E, então, sim, teremos desenvolvimento, estabilidade nos vários sectores da nossa economia, que nos permitirá continuar a sermos Portugal, o País, como disse há bocado, à beira mar plantado. O 25 de Abril não se fez ao acaso e, portanto, a democracia não pode falhar, nem que seja preciso reeditá-la, mas sempre no respeito pelo princípio das regras democráticas. VIVA o 25 de Abril! VIVA PORTUGAL!"-----*

----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para concluir a sessão comemorativa dos trinta e seis anos do 25 de Abril, com a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Excelentíssimos Senhores membros da Assembleia Municipal. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Excelentíssimos Senhores Vereadores. Senhores Deputados Municipais. Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Senhores Presidentes de Assembleias de Freguesia, ou seus representantes. Neste acto solene, também queria deixar aqui o meu momento de endereçamento de palavra aos Senhores Convidados, aos funcionários da Câmara Municipal que estão de serviços hoje. Queria, também, deixar aqui um momento de agradecimento às Entidades Públicas e Privadas e, com muito carinho, a todos os municípios que se quiseram deslocar a este Salão e que aqui se têm mantido connosco neste momento. Perdidos na imensidão dos oceanos que redescobrimos para o mundo e isolados na imensidão de um vasto império que não sabíamos gerir. Atordoados e adormecidos pelas ideias velhas e vazias de sentido e de conteúdo. Vivemos quarenta e oito anos de encruzilhadas e de atordoamentos, asfixiados pelos silêncios, sem podermos dizer o que pensávamos, sem olhar para o lado, desconfiando até dos nossos familiares e amigos, espartilhados pela grandeza da dita alma lusitana, pelos valores de um estado confuso e inoperante, onde a riqueza estava nas mãos de uns quantos. Vivemos quarenta e oito anos marcados pela intolerância das ideias daqueles que arrastavam o País para a pobreza económica, social e humana, obrigando à separação inúmeras famílias, que apostadas na melhoria da sua vida, corriam desenfreadas para a imigração. E mesmo essa, clandestina, mesmo que o resultado final fosse a entrada de milhares de divisas e de empreendimento. Na escuridão da noite, um punhado de homens decididos arrastou consigo o destino mediático de várias nações ... e quase sem derramamento de sangue fez-se uma revolução popular de cravos no lugar das balas, de perdão e de compromisso no lugar da vingança e da discórdia. Uma manhã, acordámos e compreendemos que o mundo à nossa volta estava diferente e que o futuro seria, por certo, pintado de muitas cores. Prometeram-nos liberdade, democracia, desenvolvimento, qualidade de vida ... mas, logo aí, se desentenderam os Capitães de Abril, pois que encerravam em si mesmos perspectivas e



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

práticas diferentes para atingir esses ideais, havendo mesmo quem advogasse que para alcançar as metas, era passarmos para outro modo absolutista de governo dos destinos dos povos. Esperançados, desejosos de um futuro melhor, aderimos, exibindo ao mundo a nossa vontade para deixar de vaguear à deriva. Acreditámos na liberdade, acreditámos não mais se falaria pelos cantos e às escondidas das coisas importantes da vida, de pessoas presas ou ostracizadas pelas suas ideias ou pelas suas crenças. Acreditámos que essa liberdade não mais permitiria desigualdades perante a lei ou as oportunidades ... Trinta e seis anos depois, não há, na verdade, "lápis azul". Terminou a PIDE, desapareceu Peniche, Tarrafal e os outros, mas porque alguns ainda não aprendemos o verdadeiro sentido da liberdade, e a confundimos com libertinagem, continuamos a ter dificuldades em respeitar os outros, as suas ideias e as suas opções e, por isso, muitas vezes, mais do que queríamos, quem não concorda com o poder instituído, tenha ele a cor política que tiver, continua a ser ameaçado com o silêncio, o afastamento e o esquecimento. As boas oportunidades de vida são hoje para muito mais cidadãos do que eram antes do 25 de Abril, mas ainda não são para todos. E a justiça praticada pelos nossos tribunais está vezes de mais manietada pelo emaranhado dos normativos que sufoca as suas decisões. Acreditámos na democracia, no poder de decisão partilhado por todos; acreditámos que as nossas ideias e o nosso querer tinham valor. E é também por elas que estamos hoje aqui, eleitos pelo povo, escolhidos pelos nossos movimentos culturais, recreativos e desportivos. Trinta e seis anos depois, todos sentimos que os representantes da democracia portuguesa, central e local, estão a perder credibilidade e todos sabemos que a desconfiança e a instabilidade institucional são o caminho aberto para o aparecimento das ditaduras. Urge, pois, tornar mais sérias as instituições políticas, mais próximas dos cidadãos, mais transparentes, para que em cada votação, o movimento com maior número de votos não seja a abstenção. Acreditámos que o desenvolvimento traria melhor qualidade de vida. Abriram-se estradas, construíram-se pontes, rasgaram-se as fronteiras. Construíram-se empresas, escolas e universidades. Universalizaram-se as reformas e a saúde. Trinta e seis anos depois, quando afirmamos que algo não está bem, não é só pela analogia que fazemos com os povos dos outros Países, mas é, também, porque já experimentámos dias melhores, e até tivemos abundância e bem-estar. Parece-nos, pois, que trinta e seis anos depois, este dia nos deve ajudar a pensar o futuro, a reerguer o querer e a esperança do nosso povo, a não permitir que o mar que nos rodeia de novo, nos ostracize e que possamos sentir, outra vez, não sós, nem perdidos, nem desorientados. Porque quando nos mostram o caminho, nós temos crença, vontade e trabalho... Precisamos de bons mandadores. Diz o povo, e com razão: "vale mais um bom mandador do que um grande grupo de trabalhadores". Mulheres e homens com carácter, com seriedade, que não se escondam atrás dos biombos da vida para de lá lançarem os seus ataques à liberdade dos outros. Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!"-----  
----- Antes de dar por terminada a sessão solene e comemorativa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou os presentes de que as comemorações do 25 de Abril se iriam arrastar no tempo, quer pelo facto de estar patente até ao dia vinte e nove de Maio, uma



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exposição fotográfica, denominada "Revolução em marcha", do Centro de Documentação do 25 de Abril de Coimbra, que irá ser inaugurada naquele mesmo dia, pelas quinze horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Anadia, e para a qual, desde logo, convidou os Senhores Deputados a estarem presentes. Mas, também, porque no decorrer da semana que se seguiria, a Assembleia Municipal, à imagem do que vinha fazendo há alguns anos, iria passar pelas Escolas do concelho de Anadia, no sentido de levar aos jovens o que já naquele momento tinha sido dito, o sentido e a correspondência da democracia e do 25 de Abril.

----- Aproveitou, também, para deixar alguns agradecimentos relativamente às comemorações do 25 de Abril: ao Senhor Professor Dias Coimbra, que honrou a Assembleia com a sua presença e com o seu trabalho; aos representantes das forças militares; ao Senhor Comandante dos Bombeiros; aos Senhores representantes das Assembleias de Freguesia; aos Senhores representantes das Associações do concelho; aos homens apaixonados pelos pombos e pela liberdade dos pombos; e, também, aos alunos e aos professores da Escola Secundária de Anadia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar por encerradas as cerimónias, deixou, ainda, a seguinte mensagem: "Procurámos, ao longo desta manhã, dar um sentido e um significado a uma data, que embora para muitos tenha acontecido antes do seu nascimento, é consequência natural da forma de ser e de estar do nosso povo. Penso que podemos dizer, e poderemos dizê-lo sempre, que a nossa revolução teve sempre a particularidade de ser uma revolução de paz, de ser uma revolução de concórdia, de ser uma revolução com capacidade para ir ao encontro dos outros. Contrariamente àquilo que se fez noutras Países, nós não andámos atrás dos homens e das mulheres que anteriormente tinham andado atrás de nós. Não lhes fizemos julgamentos públicos, nem tão pouco foi preciso executar-mos ninguém na praça pública para manter a ordem. Trinta e seis anos depois, é bom que tenhamos esta imagem connosco, porque o nosso País precisa de nós. O nosso concelho precisa de nós. E todos nós podemos ter uma opinião no sentido de o transformar em grandeza maior."

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi ouvido o Hino Nacional.

----- Nada mais havendo a tratar, deu de imediato por encerrada a sessão extraordinária, solene e comemorativa, quando eram doze horas e trinta e cinco minutos, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente -

O Primeiro Secretário -



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Segunda Secretaria -

---

---

---